

Requerimento

Apresentado por: Elísio Silva (BE)

Assunto: Ajustes directos recorrentes à Sociedade de Advogados Sousa Pinheiro & Montenegro

O Bloco de Esquerda questionou a Câmara Municipal de Espinho sobre dois ajustes diretos realizados nos anos de 2014 e 2015 no valor de 72.160,00€ à Sociedade de Advogados Sousa Pinheiro & Montenegro, que tem como sócio o líder parlamentar do PSD e ex-presidente da Assembleia Municipal de Espinho Luís Montenegro.

Apesar das denúncias do Bloco, a Câmara Municipal de Espinho, liderada por um executivo PSD, voltou a proceder a mais dois ajustes diretos à Sociedade de Advogados Sousa Pinheiro & Montenegro:

- A 04-03-2016 no valor de 31.151,20€
- A 18-01-2017 no valor de 36.000,00€

Nos últimos quatro anos a Câmara Municipal de Espinho (PSD) realizou 4 ajustes diretos à Sociedade de Advogados Sousa Pinheiro & Montenegro, num valor total de 139.311,20€.

O BE relembra que esta sociedade de advogados foi constituída no final de 2012, sendo, por isso, uma sociedade sem experiência ou especialização no mercado, tornando ainda mais estranhos estes sucessivos procedimentos.

Ao Presidente da Câmara compete explicar estas contratações de serviços jurídicos externo e porque optou por uma sociedade de advogados, que tem como sócio Luís Montenegro, seu colega de partido.

O BE reconhece que a Câmara de Espinho faz dos ajustes diretos um Modus Operandi. Há mais pessoas ligadas à política, aos quais também foram adjudicados serviços através de ajuste direto.



Entre estes:

- um realizado a 15-04-2010 ao Arquitecto Carlos Nuno Lacerda, Lda no valor de 35.400,00€.

Relembramos que o arquitecto Carlos Nuno Lacerda é agora cabeça de lista do PS à Câmara Municipal de Espinho às próximas eleições autárquicas.

Mais estranho, depois de em 2009 este arquitecto ter dado o seu rosto na propaganda distribuída à população por parte do PSD às eleições autárquicas de 2009.

O Bloco de Esquerda, nos termos legais e regimentais aplicáveis, vem por este meio requerer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Espinho que diligencie junto da Câmara Municipal para que responda às seguintes questões:

- 1) Quais os critérios para adjudicar serviços jurídicos a esta sociedade de advogados?
- 2) A Câmara Municipal de Espinho não tem Gabinete de Apoio Jurídico?
- 3) Não existe na cidade de Espinho sociedades de advogados capazes de prestar os serviços contratualizados?
- 4) Quantos juristas trabalham na Câmara Municipal, nas várias divisões, departamentos e gabinetes?
- 5) A autarquia não tem arquitectos no seu quadro de funcionários? Se sim, quantos?

Espinho 15/05/2017

O eleito municipal,

Elísio Silva